

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM MANUAIS ESCOLARES PORTUGUESES (2008-2015)

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO*

INTRODUÇÃO

Um estudo recente do Observatório dos Recursos Educativos (ORE), *O tempo despendido e os recursos utilizados pelos professores na preparação das atividades de ensino*, concluído em setembro de 2018, veio dar a conhecer uma realidade que, possivelmente, fez franzir o sobrolho de muitos dos que anunciam há décadas o fim do reinado dos manuais escolares.

A análise dos dados de um inquérito realizado, em março de 2018, a 4590 docentes de todos os níveis da escolaridade obrigatória (do 1.º ao 12.º anos), de diferentes idades, géneros, disciplinas e regiões de Portugal¹, mostrou que «92% dos professores utilizam os manuais escolares para a preparação das aulas, 97% usam os livros em contexto de sala de aula e 90% recomendam a sua utilização para a preparação para os testes».

Mais de 95% dos professores inquiridos reconhecem que os manuais escolares ajudam a melhorar os resultados educacionais, que garantem a qualidade da aprendizagem e favorecem a sua própria atuação. Proporcionam uma abordagem

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. CITCEM. cpribeiro@letras.up.pt.

¹ «A representatividade desta amostra é particularmente significativa, estando em linha com estudos recentes realizados por outras instituições: é composta por 79% de mulheres e 21% de homens; 50% dos respondentes tem mais de 50 anos; cerca de 70% leciona há mais de duas décadas; e a maioria dos inquiridos leciona nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico» (CARVALHO & FADIGAS, 2018: 2).

*rigorosa e coerente dos programas em vigor e acompanham os alunos na preparação para os testes e na promoção de um trabalho autónomo*².

Estes dados podem, porventura, ser explicados pela evidente sobrecarga de trabalho e o desempenho de funções muito diversas (e que, por vezes, extrapolam o que podemos considerar adequado à atividade docente) que pesam sobre os professores. O mesmo estudo permite-nos saber que 63% dos professores gastam cinco horas além das que contemplam as componentes letiva e não letiva, atribuídas por lei, perdendo a conta ao tempo que emprestam (a fundo perdido?) à preparação das aulas, correção de trabalhos de casa, correção de trabalhos e testes, etc.

Seja por estes motivos ou por outros que se prendem com a qualidade dos projetos pedagógicos existentes no mercado, fruto do investimento das editoras, particularmente, nos produtos digitais, o estudo revela que os «manuais escolares são considerados um bom contributo para um tempo letivo de qualidade já que permite diversificar estratégias»³.

Agora, como antes, o manual escolar desempenha a função de mediador entre os programas das disciplinas (e outros documentos normativos e orientadores) e os professores, os alunos e os encarregados de educação.

E foi nesta perspetiva, de observarmos o «manual escolar» como um instrumento de mediação de uma relação multilateral, que nos propusemos realizar o estudo que aqui apresentamos. Sem ignorar o seu papel enquanto dispositivo que cristaliza uma certa cultura escolar no contexto da sociedade em que está inserida e dos valores/princípios que pretende inculcar no público-alvo, a nossa abordagem reside no modo como os manuais de História explicam aos alunos os aspetos relacionados com a criação, objetivos, funcionamento, instituições e ação da Organização das Nações Unidas.

Muito embora não se tenha procurado saber, de forma mais aprofundada, o que sabem os alunos sobre estes conteúdos (recorrendo, por exemplo, a entrevistas, inquéritos ou *focus groups*), considerámos que a análise dos manuais escolares e dos documentos normativos que os configuram poder-nos-ia dar uma perspetiva séria das ideias que se pretende veicular e do modo como são apresentadas nos compêndios escolares.

Neste sentido, o presente texto resulta da análise das seguintes fontes:

- o *Programa de História* do 3.º Ciclo do Ensino Básico, de 1991;

² OLIVEIRA, 2018.

³ OLIVEIRA, 2018.

- as Metas Curriculares, promulgadas em 2014, e que pretendem ser uma clarificação e atualização do Programa de 1991, estabelecendo os conteúdos escolares considerados essenciais para cada nível de ensino⁴;
- os cinco manuais escolares de História mais adotados em 2008 e em 2015, de diversas editoras.

A interseção destes documentos foi realizada com o intuito de identificar as permanências e as mudanças ocorridas nos manuais escolares e em que medida é que os seus autores atualizam o seu discurso, fontes de análise, bibliografia e abordagem, à luz das alterações introduzidas pelos documentos normativos.

PROGRAMA DE HISTÓRIA (1991)

O *Programa de História* de 1991 é um documento-base da disciplina e está em vigor em Portugal desde esta data. O Programa estabelece os princípios da disciplina, objetivos e finalidades, orientações metodológicas e sugestões de avaliação, definindo os conteúdos fundamentais e os conceitos/noções essenciais da disciplina.

Os critérios que estiveram subjacentes à construção do elenco programático residiram na definição de grandes áreas temáticas que privilegiaram a história geral, «com destaque para a história europeia e uma atenção especial à história de Portugal»⁵.

Neste sentido, é de destacar a ênfase que se atribuiu à história contemporânea enquanto temática em estudo, dedicando-se a este período histórico um ano letivo (em três). De facto, o 9.º ano é consagrado ao estudo do período que vai desde os finais do século XIX aos nossos dias (tendo em consideração que «os nossos dias» do programa terminavam no final da década de 1980).

*Os conteúdos do 9.º ano encontram-se sistematicamente dirigidos para uma reflexão que articule passado/presente/futuro e haverá vantagem em que seja reforçada cooperação multidisciplinar [...], caberá fundamentalmente à História o estudo dos mecanismos de génese das estruturas do nosso tempo bem como o tratamento dos aspetos de natureza cultural*⁶.

⁴ Embora já tenham sido homologadas as *Aprendizagens Essenciais de História* (julho de 2018), este documento não será tido em consideração neste artigo, uma vez que não houve adoção de novos manuais escolares após esta data.

⁵ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: 5.

⁶ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: 6.

Este destaque para o estudo da História mais recente é explicado pelo elenco de finalidades do Programa, que é encabeçado pela intenção de se «proporcionar o alargamento do horizonte cultural e a compreensão do mundo contemporâneo»⁷.

Assim, é no contexto da II Guerra Mundial, e particularmente quando se abrem «os caminhos da paz», após o fim do conflito, que se insere a apresentação da ONU enquanto organismo criado para assegurar a manutenção da paz, explicando o seu funcionamento e instituições integrantes.

Procura-se que os alunos «reconheçam a importância da ONU no esforço de manutenção da paz e na promoção da cooperação entre os povos», sugerindo a «recolha de documentação sobre a ONU, com vista à elaboração de painéis expositivos sobre as atividades dessa organização e dos seus principais organismos especializados (UNESCO, UNICEF, OMS, FAO, etc.)»⁸.

O papel desempenhado por esta Organização volta a ser evidenciado quando se abordam as vagas de descolonização e o reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos dominados pela ONU.

METAS CURRICULARES (2014)

O documento das Metas Curriculares surgiu em 2014 e apresentou-se desde logo com carácter normativo e obrigatório. Como o próprio nome indica, este documento é um elenco programático dos «conteúdos fundamentais, atualizados cientificamente, que devem ser ensinados aos alunos, constituindo-se um objeto primordial na estruturação do ensino da disciplina e um referente para os membros da comunidade educativa»⁹.

Neste sentido, foi evidente o aumento dos conteúdos programáticos, visível ao nível do alargamento das temáticas e do seu aprofundamento, o que se traduziu numa complexificação dos conteúdos e na maior dificuldade do seu tratamento, uma vez que a carga horária da disciplina de História se mantém muito reduzida (dois/três tempos letivos de 50 minutos no 9.º ano).

No que se refere ao mundo contemporâneo, o novo documento propôs uma nova estruturação dos conteúdos e um maior aprofundamento do seu estudo, arrasando até 2008 o término do período em análise. O mesmo é dizer que com o mesmo tempo disponível para a leção se impôs um elenco programático mais ambicioso e exigente. Os conteúdos relacionados com a Organização das Nações Unidas também sofreram alterações, procurando que os alunos compreendam não apenas os princípios subjacentes à sua fundação, funcionamento e objetivos, mas também as potencialidades e as limitações que estão inerentes à sua existência.

⁷ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: 6.

⁸ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: 73.

⁹ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, 2014: 2.

Domínio *Da Grande Depressão à 2.ª Guerra Mundial*

Subdomínio *A 2.ª Guerra Mundial: violência e reconstrução*

Objetivo geral 2. *Conhecer e compreender as consequências demográficas, económicas e geopolíticas da 2.ª Guerra Mundial*

5. *Referir a importância das conferências de Bretton Woods e de São Francisco para a consolidação de um novo modelo de gestão das relações económicas do mundo capitalista e para a fundação da Organização da Nações Unidas (ONU).*

6. *Enunciar os grandes objetivos da ONU.*

7. *Avaliar o papel da ONU na consecução dos seus objetivos até à atualidade, exemplificando aspetos positivos e limitações da organização.*

Domínio *O após Guerra Fria e a Globalização*

Subdomínio *Estabilidade e instabilidade num mundo unipolar*

Objetivo geral 1. *Conhecer e compreender a emergência e os limites do unilateralismo americano*

1. *Relacionar a derrocada do mundo comunista com a afirmação dos EUA como única superpotência político-militar.*

2. *Identificar a intervenção dos EUA em vários conflitos regionais, a desvalorização da função reguladora da ONU e as dificuldades de afirmação da União Europeia no sistema de relações internacionais¹⁰.*

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NOS MANUAIS DE HISTÓRIA (9.º ANO)

A análise dos manuais escolares foi realizada em duas etapas: primeiramente, optou-se por consultar os manuais cuja primeira edição decorre de 2008, que seguem as orientações do *Programa de História* (1991)¹¹, e que estiveram em vigor até 2015. São os cinco manuais mais adotados nas escolas em Portugal e podemos afirmar que a esmagadora maioria dos alunos portugueses estudou por eles. Numa segunda fase, consultámos os manuais escolares com edição em 2015, adaptados às indicações das Metas Curriculares (2014)¹² e que entraram em vigor em setembro de 2015. Estarão em vigor nas escolas que os selecionaram durante seis anos letivos, no mínimo, não sendo de prever alterações de vulto ao seu conteúdo.

¹⁰ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, 2014.

¹¹ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991.

¹² PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, 2014.

De modo a sistematizar a informação, apresentam-se duas tabelas que identificam as obras em análise:

Tabela 1. Lista de manuais analisados neste estudo (referentes ao ano de 2008)

2008			
Sigla	Autores	Título	Editora
NV9	Ana Oliveira, Francisco Cantanhede, Isabel Catarino, Paula Torrão	<i>Novo História 9</i>	Texto Editores
VH9	Cristina Maia, Isabel Paulos Brandão	<i>Viva a História 9</i>	Porto Editora
DH9	Cláudia Amaral, Júlia Castro, Bárbara Alves, Pedro Almiro Neves	<i>Descobrir a História 9</i>	Porto Editora
HN	Maria Emília Diniz, Adérito Tavares, Arlindo M. Caldeira	<i>História Nove</i>	Raiz Editora
SH9	Anibal Barreira, Mendes Moreira	<i>Sinais da História 9</i>	Edições ASA

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 2. Lista de manuais analisados neste estudo (referentes ao ano de 2015)

2015			
Sigla	Autores	Título	Editora
MH9	Cláudia Amaral, Bárbara Alves, Tiago Tadeu	<i>Missão História 9</i>	Porto Editora
NVH9	Cristina Maia, Cláudia Pinto Ribeiro, Isabel Afonso	<i>Novo Viva a História 9</i>	Porto Editora
FH9	Ana Oliveira, Francisco Cantanhede, Isabel Catarino, Marília Gago, Paula Torrão	<i>O Fio da História 9</i>	Texto Editores
HN	Maria Emília Diniz, Adérito Tavares, Arlindo M. Caldeira, Raquel Henriques	<i>História Nove</i>	Raiz Editora
PH9	Anibal Barreira, Mendes Moreira, Teresa Rodrigues	<i>Páginas da História 9</i>	Edições ASA

Fonte: elaborado pela autora

1.^a Etapa — manuais escolares de 2008

Os manuais escolares que estiveram em vigor entre 2008 e 2015 seguem, como já dissemos, as orientações do *Programa de História* de 1991. Contudo, podemos considerar que estas orientações deixam uma grande margem de manobra aos autores de manuais que, desde que sigam o que é estipulado pelo Programa, podem acrescentar a informação que entenderem no texto informativo e selecionar as fontes que melhor permitam aos alunos compreender os conteúdos em apreço. O mesmo é dizer que existe uma grande autonomia dos autores de manuais que apenas têm de enfrentar as limitações impostas pelo espaço disponível no manual (número de páginas para os conteúdos) e pelo tempo letivo que o professor dispõe para tratar determinado tema.

Todos os manuais em análise seguem o mesmo roteiro de apresentação dos conteúdos. Começa-se por explicar:

- o que presidiu à fundação da Organização das Nações Unidas.

Em plena 2.ª Guerra Mundial, em 1941, Roosevelt e Churchill defendiam através da Carta do Atlântico a necessidade de se fundar uma organização internacional que substituísse a Sociedade das Nações e promovesse uma colaboração económica, política e cultural entre os povos.

Em 26 de junho de 1945, na Conferência Internacional de S. Francisco, aprovou-se a Carta da Nações Unidas, que foi assinada por representantes de 50 países. Em 24 de outubro desse mesmo ano, nascia a Organização das Nações Unidas (ONU)¹³.

- Os principais objetivos.

assumiu como principais objetivos:

- Manter a paz no mundo;
 - Defender o direito à autodeterminação de todos os povos;
 - Promover a cooperação internacional na resolução dos problemas económicos, sociais e culturais;
 - Apelar à defesa dos direitos humanos¹⁴.
- A apresentação dos principais organismos que constituem a Organização, com maior destaque para a Assembleia-Geral, o Conselho de Segurança e o Secretariado.
 - A identificação de alguns dos organismos especializados que se destinam a promover a cooperação internacional, como a FAO, a OMS, a OIT, a UNICEF, a UNESCO e o FMI, entre outros.
 - As formas de intervenção da ONU em diversas áreas.

A ONU tem desenvolvido obra considerável em diversas áreas:

No campo político — contribuiu para a descolonização e continua a lutar pela paz no mundo e pelos direitos do Homem (em 1948, formulou a Declaração Universal dos Direitos do Homem);

¹³ VH9, 2008: 126.

¹⁴ NV9, 2008: 120.

No domínio económico, social, cultural e humanitário — tem procurado minorar a fome no mundo, apoiar as crianças desprotegidas, combater as doenças e velar pela conservação do património da Humanidade, entre outras tarefas¹⁵.

Em termos de fontes selecionadas para tratar este tema, observa-se a preocupação de se fornecer aos alunos um excerto do «Preâmbulo» da *Carta das Nações Unidas*, imagens sobre os principais símbolos desta organização, a definição dos diversos organismos especializados, esquemas que explicam o funcionamento das Nações Unidas e a sua estrutura organizativa, imagens relacionadas com operações em conflitos e, em alguns casos, mapas que localizam as intervenções de paz da ONU no mundo.

O papel desempenhado pela ONU volta a ser abordado nos diversos manuais em duas circunstâncias específicas:

- a) no estudo da recusa da dominação europeia e do aparecimento dos primeiros movimentos de independência, foca-se a importância da ONU ao exigir o respeito pelos «direitos dos povos colonizados»;
- b) quando se trata as novas relações internacionais, nomeadamente o diálogo norte-sul, e a necessidade de se defender os direitos humanos e a paz, com particular incidência na mediação de conflitos um pouco por todo o mundo.

2.^a Etapa — manuais escolares de 2015

Os manuais que entraram em vigor no ano letivo 2015/2016 e têm uma vigência de, em princípio, seis anos, foram desenvolvidos de acordo com o documento das Metas Curriculares¹⁶, que já tivemos oportunidade de abordar. Este documento apresenta-se como um elenco de saberes fundamentais que devem ser vertidos nas páginas dos manuais, para que haja uma «real» correspondência entre o que Ministério da Educação pretende que os alunos saibam, o que os manuais veiculam e o que os alunos efetivamente aprendem.

Numa primeira análise, podemos concordar que existem poucas mudanças nos manuais que são uma continuidade dos manuais de 2008, no que se refere aos autores que os elaboram. De facto, o roteiro é quase sempre o mesmo, e o conteúdo pouco muda. Em vez de se começar a explicar o processo de fundação da ONU na Conferência de São Francisco, em 1945, introduz-se um dado novo: retrocede-se a Bretton Woods, em 1944, e à criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), muito possivelmente devido à familiaridade que os alunos têm em relação a este organismo que, como sabemos, interveio em Portugal nos finais da primeira década dos anos 2000.

¹⁵ SH9, 2008: 132.

¹⁶ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, 2014.

A explicação do contexto, dos objetivos, do modo de funcionamento da ONU, da ação desenvolvida e dos organismos que constituem esta organização é apresentada de forma clara e muito próxima do que era feito na versão anterior. A grande novidade reside no balanço que é feito à ação da ONU, no sentido de identificar alguns dos aspetos positivos e das limitações deste organismo:

A ONU não tem conseguido evitar vários conflitos armados pelo mundo, especialmente nos países em vias de desenvolvimento. Contudo, tem conseguido reunir o apoio indispensável para ações humanitárias, algumas, por vezes, apoiadas por intervenções militares¹⁷.

As instituições supranacionais existentes — como a ONU e a União Europeia — não dispõem de uma força militar autónoma nem os seus estados-membros estão normalmente de acordo, pelo que a sua influência na política mundial é reduzida¹⁸.

Ao longo da sua existência têm sido apontadas diversas limitações às Nações Unidas, no que se refere à sua ineficácia para evitar conflitos regionais. A guerra nos Balcãs, o genocídio no Ruanda, o caso de Darfur ou a invasão americana do Afeganistão são exemplos que mostram os limites deste organismo. Contudo, a ONU contribuiu de forma assinalável para a autodeterminação dos povos, dando voz a todos os Estados representados, e não apenas a um «clube restrito» de grandes potências. Além disso, através de diversos organismos promoveu o desenvolvimento económico e cultural um pouco por todo o Mundo¹⁹.

No que se refere à documentação selecionada para fundamentar este tema, não houve grande criatividade na eleição de outras fontes que não as utilizadas na versão de 2008. De facto, continua-se a apresentar um excerto do *Preâmbulo* da *Carta das Nações Unidas*, esquemas que simplificam a estrutura de funcionamento da ONU, uma ou outra imagem sobre os símbolos da Organização ou relativa à intervenção armada em determinados locais. Como alternativa, em outros componentes dos projetos escolares, é sugerida a leitura de textos, a consulta de sítios da Internet e o debate de questões relacionadas com a ONU.

¹⁷ FH9, 2015: 127.

¹⁸ PH9, 2015: 206.

¹⁹ NVH9, 2015: 124.

ALGUMAS IDEIAS FINAIS

Neste artigo procurámos, a partir da análise dos manuais de História de 9.º ano em vigor durante a última década, compreender quais são as ideias fundamentais que são apresentadas pelos seus autores sobre a Organização das Nações Unidas. Por uma questão metodológica, só fazia sentido analisar os manuais escolares à luz dos programas que os inspiram. Neste sentido, é evidente e expectável a concordância entre o que é prescrito pelos documentos normativos e o que é escrito nos manuais.

Relativamente ao tema da ONU, podemos considerar que a Organização é apresentada nos seus traços fundamentais e de um ponto de vista bastante abrangente, fornecendo a alunos de 14 anos os conhecimentos elementares sobre este conteúdo. Nota-se a ausência de uma explicação mais detalhada sobre as valências dos diversos organismos que funcionam na alçada da Organização e exemplos claros que permitam aos alunos compreender o seu alcance. Também se reconhece que, quando se trata de apresentar as limitações desta Organização, indicam-se casos específicos. Contudo, quando se pretende reforçar os «finais felizes», não são identificados exemplos particulares. Também se pode considerar que é relevado o papel da ONU na manutenção da paz (sendo referido que recebeu o Prémio Nobel da Paz em 2001²⁰, mas pouca ênfase se coloca na importância incontornável que, por exemplo, desempenham os organismos como Organização Mundial de Saúde, a UNESCO ou a Organização Internacional do Trabalho).

Nestas considerações finais, cabem aqui duas reflexões importantes:

- o processo de ensino e de aprendizagem não se esgota na utilização do manual escolar. A teoria e a prática demonstram que o que faz efetivamente a diferença dentro da sala de aula é o professor. O manual escolar é uma ferramenta (das mais utilizadas e com grande credibilidade) entre muitas outras que permitem a aprendizagem da História. Compete ao professor selecionar os recursos mais adequados à didática da disciplina e aos alunos com quem trabalha.
- O tempo letivo da História no 9.º ano de escolaridade é pouco compatível com um maior aprofundamento dos conteúdos programáticos, por defeito, ambiciosos. Neste sentido, e ainda que a gestão do currículo deva ser realizada pelo professor de História, a matéria-prima que tem disponível (o tempo letivo) não se compadece com grande detalhe, mostrando, muitas vezes, que mais do que ensinar História, o professor faz magia!

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Cláudia; ALVES, Bárbara; TADEU, Tiago (2015) — *Missão História 9*. Porto: Porto Editora.
 AMARAL, Cláudia; CASTRO, Júlia; ALVES, Bárbara; NEVES, Pedro Almiro (2008) — *Descobrir a História 9*. Porto: Porto Editora.

²⁰ PH9, 2015: 132.

- BARREIRA, Aníbal; MOREIRA; Mendes (2008) — *Sinais da História 9*. Porto: Edições ASA.
- BARREIRA, Aníbal; MOREIRA; Mendes; RODRIGUES, Teresa (2015) — *Páginas da História 9*. Porto: Edições ASA.
- CARVALHO, Adalberto Dias de; FADIGAS, Nuno (2018) — *O tempo despendido e os recursos utilizados pelos professores na preparação das atividades de ensino*. [S.l.]: Observatório dos Recursos Educativos. Disponível em <https://oreorgpt.files.wordpress.com/2018/10/ore_manuais_setembro2018.pdf>. [Consulta realizada em 10/10/2018].
- DINIZ, Maria Emília; TAVARES, Adérito; CALDEIRA, Arlindo M. (2008) — *História Nove*. Lisboa: Raiz Editora.
- DINIZ, Maria Emília; TAVARES, Adérito; CALDEIRA, Arlindo M.; HENRIQUES, Raquel (2015) — *História Nove*. Lisboa: Raiz Editora.
- MAIA, Cristina; BRANDÃO, Isabel Paulos (2008) — *Viva a História 9*. Porto: Porto Editora.
- MAIA, Cristina; RIBEIRO, Cláudia Pinto; AFONSO, Isabel (2015) — *Novo Viva a História 9*. Porto: Porto Editora.
- OLIVEIRA, Ana Maria; CANTANHEDE, Francisco; CATARINO, Isabel; GAGO, Marília; TORRÃO, Paula (2015) — *O fio da História 9*. Lisboa: Texto Editores.
- OLIVEIRA, Ana Maria; CANTANHEDE, Francisco; CATARINO, Isabel; TORRÃO, Paula (2008) — *Novo História 9*. Lisboa: Texto Editores.
- OLIVEIRA, Sara R. (2018) — *Mais de 90% dos professores preparam aulas com manuais escolares*. «EDUCARE.PT». Disponível em <<https://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=141966&langid=1>>. [Consulta realizada em 09/09/2018].
- PORTUGAL. Ministério da Educação (1991) — *Organização Curricular e Programas. História. Ensino Básico. 3.º ciclo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência (2014) — *Metas Curriculares de História. 9.º ano do 3.º ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- WHITE, Hayden (2002) — *The historical text as literary artefact*. In RICHARDSON, Brian, org. — *Narrative dynamics: essays on time, plot, closure, and frame*. Columbus: Ohio State University Press.